



As lições da greve da PM no Ceará



POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA**
MASSAS

As lições da greve da PM no Ceará

Índice

Apresentação	5
Teses sobre a greve da PM	7
A greve da Policia Militar no Ceará	17
Publicações	22
Pelo apoio à greve da PM! Manifesto - 20 de fevereiro .	22
Governo Camilo (PT) recebe apoio de Bolsonaro, STF e Congresso para enterrar a greve da PM/Bombeiros <i>Manifesto - 21 de fevereiro</i>	26
Fora Sérgio Moro do Ceará! Fora com a GLO e o Exército das ruas! - Manifesto - 24 de fevereiro	30
Pelo apoio à greve da PM! - Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR) aos PM's e familiares - <i>Regional POR, Ceará - 24 de fevereiro</i>	34
Fim da greve da PM: Isolamento e frente unitária das frações burguesas derrotam o movimento <i>Manifesto - 3 de março</i>	36
Anexo: A greve vista por um praça	41

Apresentação

O presente folheto reúne teses, artigos e boletins escritos sobre a recente greve da PM no Ceará. A greve, que durou 13 dias, foi por nós analisada quase que diariamente. E não apenas analisada; a militância porista teve a possibilidade de acompanhar de perto o movimento e atuar com panfletagem e falas no seio da tropa.

Há 8 anos atrás, publicávamos um folheto de balanço da rica experiência das greves policiais e de bombeiros de 2012. Os acontecimentos daquele ano foram consideráveis: greve na polícia militar no Ceará, com ocupação do 18º BPM; greve com ocupação da Assembleia Legislativa, pela PM baiana, e greve dos bombeiros militares do Rio, com ocupação do quartel central. Essas greves salariais já se confundiam e antecipavam a movimentação pela aprovação da PEC 300/08, no Congresso Nacional, que visava a instituir o piso salarial nacional para a corporação. Os governos reagiram, então, com cerco e prisão das lideranças. Assim atuaram Jaques Wagner/PT (Bahia) e Sérgio Cabral/PMDB (Rio). Acima deles, Dilma/PT não titubeou em enviar o Exército e a Força Nacional de Segurança aos estados. Naquele ano, a CUT apoiou formal e hipocritamente essas greves, silenciando o papel traidor do PT, nos governos estaduais e federal, de agir com mão de ferro para derrotá-las. Também o PSTU e o PSOL apoiaram a luta

dos policiais e bombeiros. O PSOL, porém, na experiência recente, depois de vacilar entre a neutralidade e o ataque velado aos grevistas, alinhou-se a Camilo/PT na proibição de anistia aos grevistas. Apenas o PSTU manteve a mesma posição, conservando, contudo, o mesmo erro de caracterização dos policiais (como “trabalhadores”) e a mesma aspiração de uma reforma radical da PM.

As apreciações de valor programático, contidas no folheto anterior, permanecem, tal como agora, extremamente atuais. A essência e todo o problema de fundo das greves já eram ali assinaladas: *“a decomposição do capitalismo e suas consequências sociais exigem aumento constante do efetivo policial, o que expande o parasitismo do aparato estatal e sobrecarrega o orçamento. É evidente o agigantamento da estrutura repressiva para garantir o dia-a-dia da sociedade à base da violência policial”*.

Este folheto expressa a continuidade da linha anterior diante da greve policial e o amplia com novas experiências. O seu formato de coletânea tem o inconveniente de apresentar certas repetições. Para evitá-las, alguns aspectos e questões foram propositalmente não desenvolvidos nas teses introdutórias, uma vez que já se encontram nos textos e manifestos posteriores. Nos materiais publicados, os acontecimentos são examinados segundo uma sequência temporal. Fizemos todo o esforço para não perder de vista os principais problemas. Encerramos esta edição com o breve e anônimo testemunho de um participante da luta. A importância desta narrativa está em que nos permite ver de dentro o desenrolar dos fatos e observar uma relativa descrição do dia-a-dia da mobilização.

Este folheto, como os demais, cumpre um papel de ferramenta da luta política pelas ideias revolucionárias. O POR, que interveio no interior destes acontecimentos, travou uma batalha em defesa do marxismo-leninismo-trotskismo. O resultado está condensado nestas páginas, que entregamos à apreciação dos trabalhadores e da juventude.

Rafael Souza, 22/03/2020

Teses sobre a greve da PM

1. A greve da polícia militar do Ceará, ocorrida entre o final de fevereiro e o início de março de 2020, teve uma grande repercussão, tanto em âmbito estadual quanto nacional. Ela monopolizou as atenções da sociedade e provocou abalos na política burguesa. Dos partidos do Congresso ao governo Bolsonaro, passando pelos governadores do Nordeste e do Sudeste, por oficiais do Exército e pela imprensa burguesa, considerando ainda os magistrados dos tribunais superiores, quase todos foram obrigados a se posicionar sobre a paralisação da PM. Assim também ocorreu com as correntes de esquerda, que foram forçadas a expor suas considerações “principistas” e a revelar seu distanciamento do marxismo. A greve pôs às claras, uma vez mais, que as frações burguesas, por mais profundos que sejam seus conflitos circunstanciais em torno do Estado, estão obrigadas a se unificarem para sufocar qualquer movimento que fracture o controle sobre as forças repressivas. A burguesia compreende, com clareza indiscutível, a ameaça que episódios como estes representam para a sua ditadura de classe. O mesmo não pode ser dito das direções sindicais corrompidas. Todos puderam ver como a burocracia sindical e as correntes democratizantes da pequena burguesia democratizante se perfilaram por trás das frações capita-

listas, exigindo, com desprezível soberba, o retorno imediato à normalidade da vida burguesa.

2. A greve da PM do Ceará teve seus antecedentes na situação de defasagem salarial da corporação e na experiência grevista de 2011/2012. O salário-base do soldado, de R\$ 3.475,00, era o 7º pior do Brasil em 2019. Mesmo com o prometido reajuste para R\$ 4.500,00, em 2022, ficará abaixo do salário-base atual de estados como Goiás, Acre, Roraima e o DF, que supera os R\$ 5.000. A greve de 2011/2012, durante o governo de Cid Gomes/PDT - tendo durado apenas 6 dias - arrancou importantes conquistas: reajuste de 56%, incorporação da gratificação de R\$ 920,00 ao salário-base, redução da jornada de 46h para 40h semanais e a anistia de policiais e bombeiros envolvidos na paralisação. Essa experiência vitoriosa, que teve o apoio da CUT e da maioria dos movimentos sociais, fortaleceu enormemente a figura do capitão Wagner (PROS), mas reforçou igualmente (para o pesar do próprio capitão) a consciência entre os praças de que os métodos da ação direta são os únicos capazes de arrancar do governo suas reivindicações. Apesar do aumento exponencial dos recursos para a segurança pública nos últimos anos, a situação de penúria salarial se manteve. Entre 2005 e 2017, as despesas orçamentárias do Estado com a segurança pública saltaram de R\$ 751 milhões para R\$ 2,4 bilhões; um crescimento de 226% em pouco mais de 10 anos. Desde 2016, os efetivos da PM cresceram em 3.973 agentes (montante que deve ultrapassar os 4.200 previstos no último concurso) e os da Polícia Civil em 1.300. Pelo menos R\$ 21 bilhões foram alocados neste intervalo apenas para conter a espetacular mortandade, que chegou a 5.133 homicídios (CVLI) em 2017. O montante, que foi de 4.019 em 2015, caiu para 3.407 no ano seguinte (2016), mas elevou-se bruscamente em 2017. As oscilações no número de mortos para cima ou para baixo (as 4.518 mortes registradas em 2018, reduziram-se em termos relativos 50%, e absolutos, 2.257 em 2019) expressam a barbárie social, que impõe números de guerra no quadro da violência urbana e con-

some parasitariamente uma fatia extraordinária do erário. Camilo Santana/PT, como qualquer governo burguês, se vangloria dos esforços na área da segurança pública, que, em geral, estão voltados à proteção dos capitalistas e seus negócios, da selvageria e bestialidade engendradas por suas próprias relações de produção: *“Só vamos resolver o problema da segurança aumentando o efetivo e fiz o maior concurso da história. Na semana que vem vamos dobrar o efetivo do BPRaio em Fortaleza. Nesses três anos, vamos chegar a 8.800 novos homens nas forças da segurança pública, juntando PM, Polícia Civil, Pefoce e Corpo de Bombeiros”*. Numa das unidades mais pobres da federação, duas dezenas de bilhões de reais - em 10 anos - foram destinadas não a setores como saúde, educação, transporte ou habitação, mas ao improdutivo combate à violência. Não pode haver maior prova da irracionalidade econômica do capitalismo. Para os ricos empresários, esse dispêndio é a forma de manter funcionando o capitalismo em decomposição, que será substituído pela economia socialista planejada. À medida que se aprofunda a decomposição econômica e social mais aumenta o setor perdulário do Estado. Os elevados gastos orçamentários com a improdutiva estrutura da segurança pública são um paliativo que não implica nem a redução da barbárie nem a melhoria salarial dos agentes policiais. As greves de policiais civis e militares - expressão dessa incapacidade fiscal - tornam-se cada vez mais inevitáveis.

3. As greves da PM não são um fenômeno raro na situação política nacional. Em 1988, ocorreu a maior greve da polícia do estado de São Paulo, durante o governo Sarney. Em 1997, a greve da PM de Minas Gerais, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, se alastrou por mais de 10 estados, incluindo São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, Ceará, Mato Grosso, Paraíba, Alagoas, Piauí, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Pará. Entre 2001 e 2012, ocorreram duas greves na PM da Bahia. Ainda em 2012, houve a grande greve dos bombeiros militares do Rio de Janeiro, aos quais se juntou parte expressiva da PM. No

final do ano de 2011 e primeiros dias de 2012, houve a segunda greve da PM do Ceará e, em 2017, a greve da PM do Espírito Santo. A base dessas greves encontra-se, indubitavelmente, na crise estrutural capitalista. O avanço da desintegração econômica lança milhões na miséria, na fome e no desemprego. Os aspectos particulares da decomposição do tecido social, como a corrupção, o tráfico de drogas, as redes de prostituição e a criminalidade em geral, dão saltos extraordinários. A burguesia e seu Estado respondem ao problema com violência e repressão brutais. Vimos acima que a ampliação das PM's e o aumento das despesas com armamento, equipamentos, viaturas, helicópteros, presídios etc. tornam-se um imperativo que pesa cada vez mais sobre os orçamentos governamentais. À medida que a crise segue seu curso destrutivo, a capacidade dos Estados em arcar com o parasitismo choca-se não apenas com as necessidades vitais das massas, como também com a capacidade de sustentação do aparato repressivo. Os agentes, pagos para reprimir, passam a realizar greves salariais, rompendo a rígida e ditatorial disciplina da corporação. As greves da PM prenunciam, tal como inúmeros outros eventos, a crescente decomposição capitalista da sociedade. É possível concluir que as greves da PM facilitam tremendamente as condições para o desenvolvimento da política militar do proletariado (que é a de cindir as tropas e ganhar as baixas patentes para o proletariado, abrindo caminho para o armamento das massas e a revolução social). Todo o atraso neste campo deveu-se, e deve-se ainda, ao bloqueio imposto pelo reformismo e sua política traidora/colaboracionista sobre a classe operária. Sem a conquista da independência de classe dos operários perante a burguesia, é impossível influenciar as forças armadas. Ambos os problemas encontram sua solução na superação da crise de direção revolucionária. Na construção do partido marxista-leninista-trotskista e na reconstrução da IV Internacional.

4. A greve estourou em um estado governado pelo PT. Mesmo colocando-se como oposição ao governo federal, Camilo Santana teve de recorrer ao ministro da Justiça, Sérgio

Moro, para o envio da Força Nacional de Segurança. Recorreria, em seguida, ao próprio presidente para a assinatura da GLO e a intervenção do Exército no patrulhamento das ruas. Seus partidários e outros importantes políticos burgueses acusaram Bolsonaro/Moro de flertarem com os grevistas, ao não condenarem categoricamente o motim. Bolsonaro retrucou que se tratava da incompetência do governador do Ceará em lidar com o problema, que resultou na greve. Moro declarou que os policiais grevistas não podiam ser tratados como bandidos e a excêntrica ministra Damares Alves se mostrou solidária à greve da PM. Contudo, apenas alguns dias foram necessários para que Moro reconhecesse a ilegalidade do movimento grevista e defendesse o seu fim. O mesmo ocorrendo com ministros e personalidades do governo. A declaração de Hamilton Mourão, porta-voz extraoficial da caserna, de que a greve destrói a hierarquia militar, a necessária disciplina frente aos oficiais e que, portanto, deveria ser debelada, completou o quadro de disciplinamento do governo em torno das exigências do capital financeiro. A breve resistência de Bolsonaro em renovar a GLO e a ameaça de uma crise federativa, com as declarações de governadores do Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro sobre o envio de tropas ao Ceará, foram os últimos espasmos da resistência à diretriz dos grandes capitalistas. Ao fim e ao cabo, governos e partidos, que já estavam alinhados nas ações de sufocamento da greve, confluíram para um discurso comum de liquidação do movimento.

5. Não faltaram as tentativas de esvaziar a greve por dentro, apelando-se à intervenção de figuras de proa da “banca da bala”. Tal foi a função do ex-bolsonarista e senador por São Paulo, Major Olímpio, que veio em comitiva ao Ceará. O parlamentar foi o primeiro em concordar e apoiar Camilo na decisão de rejeitar qualquer anistia aos amotinados. Ao jornal *El País* declarou: “*Foi a primeira vez na vida que vimos um quartel ocupado dessa forma. Todos encapuzados. Não dá pra saber quantos são policiais, nem se eles são mesmo policiais*”. Os parlamentares do gru-

po político do Capitão Wagner/PROS (deputado estadual Soldado Noélio, vereador Sargento Reginauro e o próprio Wagner), atuaram, nos bastidores, em favor da derrota do movimento. Ao controlarem a APS (Associação dos Profissionais de Segurança) e estarem à frente das negociações com Camilo/André Costa, não concebiam, nem remotamente, a ideia de que a tropa pudesse se sublevar contra o **Palácio da Abolição** sem a sua liderança. A realidade mostrou que estavam equivocados, ainda que tal processo não implicasse a perda de ilusões da tropa na figura caudilhesca de Wagner. Desde então, lutaram para assumir o controle dos soldados e dirigir o movimento. Não para fortalecê-lo ou ampliá-lo (como acertadamente denunciou o POR, em seus manifestos públicos), mas para levá-lo a um entendimento com o governo que pusesse um fim rápido ao conflito. Para isso, estavam obrigados a manter longe da greve os contingentes que não haviam aderido a ela e tentar isolar as lideranças que impulsionaram, desde o princípio, o movimento da tropa: o ex-deputado federal e ex-aliado de Wagner, Cabo Sabino (AVANTE) e a Sra. Nina Carvalho, presidente da associação das esposas. O racha na assembleia do dia 3 de março e o consequente fim da greve mostrou que, no fundamental, este objetivo traçado pelo governador e pela ampla aliança burguesa foi alcançado.

6. Em grande medida, os traços caudilhescos nos movimentos da tropa são inevitáveis, e mesmo inseparáveis desta. As condições específicas de disciplina militar na corporação impõe a supressão completa da democracia. A relativa liberdade de luta política, tal como a vemos no interior do movimento operário (livre debate de opiniões, direito de reunir assembleias etc.) é praticamente impossível, exceto nos momentos de rebelião da tropa. As lideranças que, de alguma maneira, conquistam ou conquistaram no passado algum tipo de foro especial por prerrogativa de função (o parlamento tem se mostrado o mais propício espaço para este fim) são, em geral, as únicas ouvidas. O apoio ou rejeição a certas lideranças se reveste, por isso, de certas

formas plebiscitárias. A substituição de uma velha direção por outra nova, contudo, obedece aos mesmos critérios gerais da luta de classes: a capacidade de se ligar às bases e de defender com afincos as reivindicações mais sentidas. A já referida situação de supressão da democracia, com o consequente impedimento da livre organização da tropa, condiciona, igualmente, a própria estrutura do movimento grevista. Na impossibilidade de realizar assembleias livres e democráticas, a paralisação só pode ocorrer pela via da adesão dos contingentes a um movimento inicial, geralmente germinado na capital. Exatamente isso é que permite que uma única assembleia da tropa - como, por exemplo, a do 18º BPM, em Fortaleza - possa decidir o destino de um movimento de alcance estadual.

7. A experiência da greve mostrou a importância decisiva das consignas democráticas e a necessidade imperiosa de combater a influência nefasta dos oficiais. A greve da PM, que sempre será uma greve das baixas patentes, dá a estas um protagonismo na luta e as afasta, temporariamente, do controle/influência do oficialato. As ilusões da tropa no alto comando sofrem aí uma importante fissura, mas não desaparecem. Apenas a presença do proletariado e a influência do partido revolucionário podem assegurar um caráter duradouro a essa ação independente dos praças que, ainda assim, não abarcará mais que uma pequena fração da tropa. Só a revolução proletária pode influenciar as amplas camadas de praças da caserna; assim o demonstra a rica experiência da tomada do poder pelo proletariado desde Outubro de 1917. As bandeiras democráticas de “direito de sindicalização, reunião, assembleia e de greve”, “eleição dos comandantes pela tropa”, “fim das perseguições e abusos” devem ser vinculadas às reivindicações salariais. Com a bandeira de “desmilitarização”, os reformistas e centristas democratizantes almejam o utópico objetivo de reformar a PM. Eles a pretendem “mais humana” e menos violadora das garantias democráticas, especialmente entre os pobres, negros e favelados. Quem possua uma cabeça sobre os ombros compreende que a tese da reforma da PM,

para torná-la menos assassina sob o capitalismo, é uma fantasia. Ela não pode deixar de expressar a violência de classe dos opressores. O objetivo revolucionário centra-se, ao contrário, no desmantelamento das polícias e na sua substituição pelo povo armado. Um passo que se dê no direito democrático dos policiais enfraquece a hierarquia autoritária e possibilita a penetração da política do proletariado nos quarteis.

8. Dentro das hostes petistas, os mais extremados falavam de um plano de sublevação da tropa da PM para desestabilizar o governo e abrir caminho ao fascismo. Para outros, a paralisação da PM era o próprio fascismo em marcha para o poder e integrava uma articulação nacional de greves policiais já preparadas em vários estados, rumo ao autogolpe de Bolsonaro. Não faltaram aqueles para quem os Ferreira Gomes tomariam o lugar do PT na vanguarda da luta contra o fascismo brasileiro. Em apoio à ação violenta do irmão com uma retroescavadeira em Sobral, Ciro Gomes argumentou que *“não se combate o fascismo com flores”*. As mais absurdas hipóteses inundaram as redes sociais e com elas as mentiras, as calúnias e as pesadas injúrias contra os praças da PM. A posição das esquerdas contrárias à greve variou entre a condenação aberta, a falsificação disfarçada e a pseudo neutralidade. Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente nacional do PT, em vídeo publicado dia 21/02, declarou, após insinuar ação de Bolsonaro por trás da greve, que *“quem está apoiando esse movimento é bandido também. E deve ter envolvimento com as milícias, muito ativas em todo o país”*. O PC do B pronunciou-se pela voz de seus parlamentares. Orlando Silva (PCdoB-SP) escreveu: *“Para tudo há limites. Uma greve armada? Inaceitável! Nossa solidariedade ao senador @senadorcidgomes e ao povo sobralense e de todo o Ceará”*. A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), também condenou a greve e se solidarizou com Cid/Camilo: *“Situação complicadíssima na cidade de Sobral (...). Motim, toque de recolher, ‘milicianos’”*. A nota oficial publicada pelo PCB inicia dizendo que *“a reivindicação dos policiais por reajuste salarial é justa,*

tendo em vista a defasagem que se encontra o salário dos servidores do Estado hoje”. Em seguida, porém, caracteriza que há uma “radicalização de um segmento “bolsonarista”, que age por fora das associações profissionais da categoria, motivado por interesses escusos. Tal setor tem atuado como verdadeiras “milícias”, com formação de grupos de encapuzados que aterrorizam a população. Conclui taxativamente: “diante desses acontecimentos, o PCB entende que não se deve apoiar esta movimentação dos policiais, ao mesmo tempo em que repudiamos veementemente o atentado sofrido a balas pelo senador Cid Gomes. Não é hora de vacilação diante da ameaça fascista!” O grupo Resistência-Psol, dissidência do PSTU, expôs que “a [greve] atual é uma greve que, ainda que esteja assentada na justa reivindicação de aumento salarial, tem métodos de ataques a instituições públicas, homens encapuzados controlando algumas regiões da cidade, obrigando os comerciantes a baixarem suas portas, e o uso de armas de fogo contra civis - como foi o caso do Senador Cid Gomes, com o qual nos solidarizamos - e uma direção associada à bancada da bala no parlamento”. Concluiu dizendo: “Neste sentido, e no contexto nacional de um governo que homenageia ditadores e milicianos, que incentiva um partido nacional (Aliança Para o Brasil) com setores mais conservadores e truculentos da polícia, e que as principais lideranças da atual greve no Ceará compartilham dessa ideologia e demonstram abertamente pretensões de uso do movimento para interesses eleitorais, visto que uma das lideranças da greve é pré-candidato à Prefeitura de Fortaleza e simpatizante de Bolsonaro, opinamos que, hoje por hoje, esta greve apresenta limites e contradições que dificultam o apoio de entidades civis e dos movimentos sociais.” Encerremos as citações com a nota da Executiva Estadual do Psol-Ceará. Nesta, ela “deseja o pronto restabelecimento do senador em exercício Cid Gomes (...)” e a “retomada da interlocução e mediação, visando a solução pacífica do conflito e a retomada da normalidade no estado”. Não esquece de exigir que se deve “responsabilizar legalmente os que intimidaram a sociedade e adotaram atitudes milicianas”. Conclui exigindo de Camilo Santana

“uma nova política de segurança pública, priorizando o respeito aos direitos humanos e da cidadania e combatendo todas as expressões de milicianização e relação dos agentes de segurança com o crime organizado e a ilegalidade.”

Citamos apenas as principais correntes por motivo de espaço, outras menores também expuseram posições contrárias ou vacilantes. Conclui-se do exposto acima que: 1) O combate à greve se apoiou na falsificação caluniosa de que seria um movimento de milicianos; 2) A essa falsificação, juntava-se outra: a de que a greve era dirigida pelo grupo político Wagner, visando à disputa eleitoral em Fortaleza; 3) PT, PC do B, PCB e PSOL solidarizam-se com Cid Gomes; 4) As correntes que atacaram os grevistas justificaram com o argumento da defesa da democracia burguesa, de maneira que na prática se colocaram no terreno da intervenção ditatorial (GLO); 5) O malabarismo verbal das correntes pequeno burguesas para justificar o não apoio à greve, significou, na prática, o apoio à seu isolamento e derrota; 6) Os cálculos eleitorais foram decisivos para a posição das correntes pequeno-burguesas, que dependem da opinião pública da classe média; 7) A tarefa de defender os grevistas e rebater as calúnias das correntes democratizantes coube, sobretudo, aos poristas; 8) O POR interveio com o programa e a política militar do proletariado; 9) Sem a construção do partido operário revolucionário, as crises e convulsões da política burguesa não se transformarão em fortalecimento da independência de classe dos explorados rumo à conquista do poder.

Artigo do jornal Massas nº 604, 26 de fevereiro de 2020

A greve da Policia Militar no Ceará

A greve da polícia militar e bombeiros teve início dia 18/02, após uma parte da corporação rejeitar o projeto de lei do governo de reestruturação da carreira, que estabelecia uma nova tabela de vencimentos. A proposta de reestruturação e nova tabela vinham sendo discutidas desde o final de 2019, quando aconteceram os primeiros protestos. Atualmente, o salário do soldado no Ceará é um dos mais baixos do país. A primeira proposta apresentada pelo governo Camilo Santana previa o aumento do salário base do soldado dos atuais R\$ 3.475,00 para 4,2 mil, pagos em 4 parcelas até o final de 2022. Ela foi rejeitada categoricamente pelas lideranças e pela base do movimento, em um massivo ato dia 06/02, na Assembleia Legislativa. Uma nova rodada de negociações resultou na proposta de elevar o salário base para R\$ 4,5 mil e redução do número de parcelas a serem pagas (de 4 para 3) até o final de 2022. Em ambas as propostas, os coronéis embolsam quase R\$ 5.000 de reajuste, ao passo que os soldados e cabos ficam com apenas R\$ 700,00 e perderiam gratificações e vantagens a serem incorporadas no salário-base. A proposta foi considerada satisfatória pelas lideranças das associações militares, como a APS (Associação de Profissionais da Segurança)

e pelos deputados Capitão Wagner (PROS) e Soldado Noélio (PROS), mas rejeitada pela base. A insatisfação da corporação se transformou em greve aberta, na tarde do dia 18/02, com a atuação decisiva das esposas dos soldados que, apoiadas pela tropa, secaram pneus de motos e viaturas nas cercanias do estratégico 18º Batalhão da Polícia Militar.

Como se pode ver, o motivo da greve esteve nos baixos salários. A base da corporação, praticamente, atropelou as direções para realizar o movimento paredista, desconhecer o acordo de cúpula e exigir que o governo pague o reajuste sem parcelamentos. As direções do movimento tiveram de reconhecer a greve, a contragosto, e trabalham em seu interior por um rápido acerto com o governo. Não a sustentam com firmeza, nem agem para que se rompa o isolamento da tropa junto ao funcionalismo estadual e demais trabalhadores. O episódio ocorrido em Sobral, no dia 19/02, com a tentativa de Cid de lançar uma escavadeira sobre os amotinados no 3º BPM da cidade e a reação armada destes, deu à greve, repercussão nacional. Moro autorizou, de imediato, o envio da Força Nacional de Segurança, a pedido de Camilo Santana, e, no dia 20/02, Bolsonaro assinou decreto da GLO, pondo o Exército na chefia da segurança pública, também em solicitação ao governo estadual.

A importância que adquiriu a greve da PM obrigou as mais diversas correntes de esquerda a se posicionarem, ainda que tardiamente. O PT e o PC do B, em aliança com os Ferreira Gomes, lançaram um violento ataque aos grevistas. Abundam os insultos e as mentiras. Explicam que se trata ora de um motim dos bolsonaristas para promoverem eleitoralmente o deputado Capitão Wagner (declaradamente pré-candidato à Prefeitura de Fortaleza), ora de uma horda de marginais e milicianos que pretendiam desestabilizar o poder público no Ceará. O PCB condenou a greve, justificando que “*não é hora de vacilação diante da ameaça fascista*”. Como se vê sustenta as calúnias petistas. Sua nota nada diz sobre a importância de penetrar as ideias e ganhar parte dos militares, tal como nenhuma referência é feita aos anos 1930-1960, quando o prestígio lutou para dirigir as principais associações militares no país. A executiva do Psol se limitou a dizer que as rei-

vindicações da PM eram legítimas, mas seus métodos ruins; criticou Cid e sua atitude intempestiva e concluiu pedindo que as partes se entendam. Como se vê, portando, não apoia a greve. O PSTU fez uma defesa formal da greve e limitou-se a falar da hipocrisia petista ao condenar o movimento, concluindo com a defesa do direito de sindicalização, direito de greve e a desmilitarização. O POR fez uma defesa ativa da greve, esteve presente no seio da tropa, distribuiu seu manifesto e lutou para romper o isolamento do movimento. Ergueu as bandeiras democráticas (direito de greve, sindicalização, eleição dos comandantes pela corporação, redução dos salários dos oficiais, etc), assim como a de unidade com o funcionalismo e a da estratégia do governo operário-camponês.

Direitização do PT

A greve da PM expôs mais um capítulo da direitização do PT. O fato de se apoiar no código penal militar (instrumento da ditadura militar) para perseguir e punir os grevistas (na sua maioria soldados e cabos); a prisão de grevistas e sua transferência para um campo de detenção em Itaitinga (RMF) sob severo regime e a solicitação da GLO para a intervenção do Exército na segurança pública, exemplificam essa tendência. O PT, ao se colocar por governar para a burguesia não pode fazê-lo sem assumir, ao mesmo tempo, a ditadura de classe dos opressores sobre a maioria oprimida. Por isso, está obrigado a defender os privilégios dos oficiais e seus abusos intoleráveis contra os praças. É preciso lembrar que nos 13 anos de governos petistas, não apenas nada foi feito para a desmilitarização da PM, como o próprio PT veio a criar a Força nacional de Segurança, no governo Lula, e aprovou a lei anti-terrorismo, no segundo mandato de Dilma. A atual enxurrada de mentiras e difamações promovidas pela burocracia sindical petista, em relação à greve da PM, é parte da campanha mais geral da defesa do governo burguês de Camilo contra os servidores estaduais, que se erguem contra o arrocho. O governo pretende aprovar reformas antipopulares e o arrocho salarial sem resistência. A greve da PM, que é sempre uma greve dos praças, choca-se com o objetivo do governo de sanear ainda

mais as contas públicas e destinar os recursos aos grandes negócios empresariais dos capitalistas. A crise econômica mundial do capitalismo tem engendrado governos cada vez mais autoritários, em toda parte. O PT, que vai completando sua trajetória de oligarquização e apodrecimento na política burguesa, inevitavelmente, terá de assumir tal feição.

O marxismo e política militar do proletariado

Como corporação ferreamente centralizada e disciplina pela burguesia, e em geral nas épocas pacíficas, a PM, assim como as demais polícias e as Forças Armadas, constitui o “braço armado” dos capitalistas. São o instrumento através do qual mantém a sua ditadura de classe sobre os oprimidos. Servem à defesa da grande propriedade privada burguesa contra a rebelião dos famintos escravos assalariados. Na fase de decomposição capitalista, as forças policiais apodrecem como quaisquer instituições burguesas e promovem chacinas, violência contra os pobres, corrupção, envolvimento no tráfico etc. Porém, ocorre igualmente de rebelar-se contra a centralização autoritária que emana do Estado, rompendo a hierarquia e a disciplina, quando a precarização salarial chega ao limite. Neste momento, fratura-se a unidade da PM. E esta, de órgão direto de dominação e repressão (sobre os explorados), entra em conflito com o governo sob o qual esteve centralizada até a véspera. O choque entre policiais e governo, abre as condições para que o programa revolucionário penetre e possa influenciar a tropa. Das greves policiais nunca participam toda a corporação, mas apenas as mais baixas patentes. Os governos, sejam democratas ou reformistas, sempre apoiaram-se na casta de oficiais privilegiados para esmagar o movimento pela via da repressão. Não é diferente com o PT. Direitistas e reformistas, quando muito, agem sobre a tropa com fins eleitoreiros e arregimentando-a para as disputas interburguesas. Presentemente, a política de colaboração de classes e de traição do reformismo abriu o caminho para a penetração das ideias reacionárias e fascizantes no seio da tropa. As crises econômicas e a falência dos estados, porém, sacudirão as ilusões na solução militarista para abrir

caminho à compreensão de que a crise atual é a crise estrutural do capitalismo. A luta pela revolução proletária passa pela tarefa de cindir as forças policiais e o exército, colocá-las sob a direção da classe operária, armar os oprimidos e consumir a insurreição armada. Os revolucionários, que lutam por superar a brutal crise de direção da classe operária, não podem se furtar ao trabalho legal e ilegal no seio da tropa com o programa do marxismo-leninismo-trotskismo.

Publicações

PELO APOIO À GREVE DA PM!

Que o governo Camilo (PT|PDT) atenda imediatamente a reivindicação salarial da tropa!

Nem Capitão Wagner|Bolsonaro, nem Camilo|Ferreira Gomes!

Que a tropa se coloque pela política de independência de classe dos trabalhadores!

Manifesto do POR - 20 de fevereiro

Desde às 16h do dia 18/02, a polícia militar do Ceará encontra-se parada em greve. A razão da greve está na insatisfação com a proposta do governo de reestruturação da carreira e o reajuste salarial. Camilo Santana propõe um ganho real de apenas 6% dividido em três vezes até o ano de 2022. A imprensa burguesa anunciou que o projeto do governo representa um ganho superior a R\$ 1.000,00, uma vez que o salário-base inicial passaria de pouco menos R\$ 3.500,00 para R\$ 4.500,00. Ocorre que as associações de cabos e soldados tem denunciado que o governo apenas dissolverá gratificações e vantagens, já existentes, dentro do salário base, de modo que a remuneração líquida permanecerá praticamente a mesma. Por isso, exigem o pagamento do reajuste sem

parcelamento. A direção do movimento já tinha fechado esse rebaixado acordo com Camilo, mas foi surpreendida pelo rechaço da tropa, que resolveu iniciar a greve secando pneus das viaturas e se amotinando em vários quartéis, por todas as regiões do estado. A Secretaria de Segurança Pública (SSP) e o próprio governador, Camilo Santana, anunciaram medidas duras de punição aos grevistas, citando a lei e a constituição. A ordem é identificar os paralisados e cortar imediatamente os salários. Camilo, desde o primeiro dia, recorreu a Bolsonaro/Moro pedindo urgentemente a presença da Força Nacional de Segurança e armou uma CPI contra para cortar recursos das associações da PM.

As greves da PM no Ceará tem sido recorrentes, ocorrendo em 2011/12, em 2015 e agora em 2020. Os policiais militares, formalmente, não integram os explorados trabalhadores. Não possuem atividade produtiva. Estão ferreamente ligados à burocracia de Estado com fins de repressão, defesa da propriedade privada e manutenção da ordem burguesa. A PM, tal como as Forças Armadas em geral, são o “braço armado” da burguesia para a manutenção de sua ditadura de classe contra os oprimidos, em geral, e o proletariado em particular. Ocorre, porém, que os policias militares, em especial os praças, são recrutados entre os operários, camponeses e pequena burguesia arruinada. São submetidos a constantes assédios, perseguições, doenças psicossomáticas e baixos salários. Por esta razão, se rebelarem contra a hierarquia e a disciplina que os doutrina e centraliza militarmente. O capitalismo, em sua fase imperialista de decomposição, já não consegue dar de comer não apenas a quem trabalha, mas até mesmo aos que cumprem a função de reprimir. Eis o que empurra violentamente a polícia a romper com a proibição, em lei, do direito de paralisação/greve e lançar-se às ruas por salário. A greve da PM, neste preciso contexto, expressa uma rachadura do aparelho do Estado. Eis porque o dever dos revolucionários e da vanguarda consciente é colocar-se a seu lado para aprofundar o fosso que se abre entre o comando reacionário burguês e a tropa. Trata-se de defender não apenas o atendimento das suas reivindicações salariais (e rechaçar qualquer reivindicação de mais viaturas, melhor armamento etc), mas defender

o direito de sindicalização e greve, como também o fim das perseguições e a eleição dos comandantes pela tropa.

A desintegração do capitalismo e as medidas econômicas adotadas pelos governos aumentam a fome, a miséria e o desemprego. A reforma da previdência, a destruição de direitos trabalhistas e de toda cobertura social, as privatizações, o saque imperialista, o parasitismo e a falência dos estados criam as condições para um salto na luta de classes e para lutas generalizadas da qual nem as polícias podem evitar serem arrastadas. A greve da Petrobrás, Correios, Casa da Moeda etc vão criando as condições para uma luta nacional e para uma greve geral contra Bolsonaro/Guedes e os governos estaduais, cúmplices na aplicação das reformas. Os explorados, chamados a lutar, não podem ignorar as fissuras que se abrem no aparelho do Estado. Não podem ignorar que colocando-se contrários à greve da PM se colocam no campo do governo Camilo/Bolsonaro e ajudam estes a recompor-se e a reconquistar o controle férreo sobre o braço armado que, hoje, rebela-se motivado pelas péssimas condições de vida

O erro das correntes que se opõe à greve

Os reformistas, que no passado (2011/12) apoiaram a greve da PM do Ceará, hoje se colocam contra ela e lançam uma enxurrada de calúnias sobre o movimento da tropa. PT e PC do B, pilares do governo Camilo Santana, e que colaboraram fielmente na aprovação da maldita reforma da previdência, estão obrigados a dizer o contrário do que disseram no passado: que se trata de um movimento reacionário, politiqueiro, comandado por marginais e milicianos e que afronta a ordem pública e o bem-estar dos cidadãos. Correntes anarquistas ou filo-anarquistas, fiéis à sua essência pequeno-burguesa, tem se posicionado contrários à greve por considerarem, *por princípio*, qualquer greve da polícia como “reacionárias por natureza”. Muitos professores e estudantes, ao contrário, tem se colocado contrários à greve pelo fato da direção das associações militares e mesmo da maioria da tropa ser apoiadora de Bolsonaro. Os reformistas, que já articulam suas candidaturas à prefeitura de Fortaleza, tem dado especial destaque ao fato do

deputado federal capitão Wagner/PROS ser o candidato oficial também dos evangélicos e canalizar para sua postulação os setores reacionários da cidade. Para os marxistas, o caráter reacionário de um movimento não está determinado pela consciência particular dos integrantes de base nem pela posição política da direção, mas pela reivindicação concreta que é levantada na luta. A reivindicação de reajuste salarial por parte da polícia é parte das lutas salariais que vem sendo travadas no estado pelo funcionalismo. É bom lembrar que, neste exato momento, os professores da rede estadual realizam zonais e estão em plena campanha salarial para que Camilo pague o reajuste do piso de 12,84%. Reajuste que Camilo rejeita pagar e engana a categoria com mesas de negociação inócuas. Ignorar as condições concretas da luta, as reivindicações precisas que são levantadas pela PM e condenar o movimento com os piores vitupérios é típico da burocracia sindical que age de forma eleitoreira ao mesmo tempo que acusa a greve de perseguir estes fins. Não se pode esquecer também que o abandono por parte da CUT, PT e cia das posições classistas (nas condições de ausência do partido revolucionário dirigindo uma fração dos explorados) é o que tem, precisamente, empurrado a PM para os braços da reação e das hostes bolsonaristas. Sua reversão, portanto, só é possível pela via da construção do partido operário revolucionário!

Nenhuma solidariedade a Cid Gomes (PDT)

O episódio ocorrido ontem (19/02), no 3º BPM, em Sobral, foi transformado numa grande campanha de solidariedade a Cid Gomes e de condenação da greve na opinião pública. Pressionado pelos fatos, até o relutante Sérgio Moro (interessado no desgaste do governo petista), passou a autorizar imediatamente o envio da guarda nacional ao Ceará.

A arrogância e a prepotência típica dos coronéis caracterizam bem a oligarquia Ferreira Gomes. A atitude de Cid de dar 5 minutos para que os amotinados abandonassem o 3º batalhão sob pena das mais severas medidas foi respondida à altura. Cid dirigiu pessoalmente uma retroescavadeira e a lançou contra os homens da tropa e suas famílias. A violência

do governo foi respondida pela violência da tropa numa típica ação de autodefesa. Os stalinistas espumam de ódio perante o episódio e se solidarizam com Cid, omitindo a sua ação truculenta e autoritária no caso. O POR chama dos explorados a não se solidarizarem em nada Cid Gomes! Os professores e estudantes que derramaram sangue na Assembleia legislativa na greve de 2011, pelas mãos deste mesmo governo Cid não podem ter nenhuma comoção, mas antes manter firme sua independência de classe parente os governos.

•Pelo apoio à greve da PM!

•Pelo direito de Sindicalização e Greve!

•Cabos e Soldados, voltai as armas contra a burguesia e seus governos, não contra os trabalhadores!

•Nenhuma confiança nos oficiais!

•Eleição de todos os comandantes pela tropa!

•Fim de todas as perseguições!

Não ao corte de salários!

GOVERNO CAMILO (PT) RECEBE APOIO DE BOLSONARO, STF E CONGRESSO PARA ENTERRAR A GREVE DA PM/BOMBEIROS

***Fora a Força Nacional de Segurança convocada
em acordo Camilo|Bolsonaro!***

***Abaixo a GLO de Bolsonaro! Camilo Santana, atenda a
reivindicação da corporação!***

***O que significa a chegada da Força Nacional de Segurança e a
assinatura da GLO por Bolsonaro***

Manifesto do POR - 21 de fevereiro

Depois dos acontecimentos do dia 19/02 (tentativa de invasão do 3º BPM em Sobral, por Cid, e reação dos PM's amotinados) a situação política em relação à greve da PM/bombeiros se transformou bruscamente. O curto período de disputas ácidas entre políticos ligados à corporação, caciques oligár-

quicos e representantes das frações burguesas (Ciro Gomes acusou Bolsonaro de estar por trás do tiros contra seu irmão, Cid Gomes foi nacionalmente criticado por seu ato tresloucado etc), deu lugar a um pacto entre o governador Camilo Santana, o Governo Federal, o STF e o Congresso Nacional para pôr fim à greve da PM. A autorização de Sérgio Moro para que a Força Nacional de Segurança viesse ao Ceará, tal como a rápida assinatura da GLO, por Bolsonaro, permitindo o deslocamento de 2.500 homens do Exército são indicações precisas de que o “motim” da tropa não pode mais ser tolerado. Malgrado o apoio informal dos setores bolsonaristas, o certo é que as frações burguesas nunca puderam aceitar nenhum tipo de quebra de hierarquia e de disciplina da corporação. Os tiros disparados contra Cid e, principalmente, a ameaça de extensão da greve a outros estados como Paraíba, Espírito Santo, Piauí e Mato Grosso do Sul, pesaram decisivamente na formação deste consenso nacional, que envolveu até mesmo os políticos da chamada “bancada da bala”.

Após a indicação da liberação do Exército e da chegada de contingentes da Força Nacional, o governo Camilo (PT, PC do B, PDT) reiterou o rechaço a qualquer negociação e acusa os policiais de serem milicianos assassinos, marginais e de serem responsáveis pelo aumento da insegurança e da mortalidade recente (29 assassinatos nas últimas 24h, no estado). No 4º dia de greve, o governo do estado aumentou a pressão sobre o movimento, declarando que já abriu mais de 300 inquéritos policiais militares (IPM’s) e efetuou a prisão de 3 policiais, acusados de vandalismo. O grupo de senadores Eduardo Girão (Podemos-CE), Major Olímpio (PSL-SP) e Elmano Ferrer (PTB-PI), que vieram ao Ceará, no dia 20, trabalhar pelo fim da greve, ouviram de Camilo que a “anistia de quem fizer motim na polícia é inegociável”. Mais tarde, ao direcionarem-se para a assembleia da corporação no 18º BPM (centro do movimento de PM’s/Bombeiros) tiveram de ouvir da tropa a decisão firme de continuarem na greve até o atendimento das reivindicações de reajuste não parcelado e nova reestruturação da carreira.

Depois da desocupação do 3º BPM de Sobral, pela ação do Tropa de Choque, a PM, em greve, voltou a ocupar insta-

lações da polícia, como a CIOPAER (Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas) e a 4ª Companhia do BPRAIO, desafiando a “autoridade” dos Ferreira Gomes em seu feudo. Apesar de apenas uma parte da polícia ter aderido, desde o princípio, à paralisação, as associações tem informado que segue forte a adesão de policiais ao movimento. Indiscutivelmente, os efetivos militares que chegam de outros estados, para a patrulha das ruas, enfraquecerão ação grevista. As direções do movimento (Deputados Cap. Wagner, Soldado Noélio, entre outros) que firmaram o acordo salarial e de reestruturação com Camilo, sendo, em seguida, atropeladas pela própria base da tropa, que iniciou a greve, continuam a cruzada por quaisquer negociações que resultem no fim do movimento. A vinda da comissão de senadores e a fala envergonhada do Major Olímpio de que não se pode aceitar anistia aos amotinados, aumentou a pressão por uma negociação a qualquer custo. Por outro lado, também criou, uma vez mais, condições para que a tropa supere suas ilusões no bolsonarismo, impotente para defendê-los perante a necessidade férrea de assegurar a estabilidade da ordem estatal burguesa.

A crise de direção revolucionária, isto é, a ausência do partido revolucionário no seio dos explorados, não permite tirar vantagens dos acontecimentos em favor da classe operária. Ao contrário, os reformistas de todos os naipes e as correntes democratizantes, contrárias à greve, agitam por todos canais, o perigo do bolsonarismo desestabilizador e acusam os policiais de representarem o fascismo em rota de colisão com as liberdades democráticas. Não poderiam prestar melhor serviço, ao empurrar a corporação para os braços de suas direções incoerentes, fortalecendo, assim, Wagner-Noélio ao invés de enfraquecê-los. O reformismo e o stalinismo, neste momento, tiram da manga a carta do fascismo e a agitam sem cessar. Não se pode negar que tenham conseguido, especialmente em sua aliança com a oligarquia Ferreira Gomes, arrastar por trás de si, a maioria dos oprimidos, que rejeitam Bolsonaro. Acusam as lideranças grevistas de fazerem politicagem com a greve, quando o primeiro de seus argumentos tem sido a miserável defesa da tarefa de derrotar a greve da PM para enfraquecer a candidatura de Capitão Wagner à prefeitura de Fortaleza.

Devem ser condenados os métodos dos polícias grevistas de fechar o comércio e usar capuz?

As esquerdas eleitoreiras e domesticadas se afastaram tanto das posições classistas que condenam, sem pensar, a ideia de que os PM's, em greve, possam usar capuz e esconder o rosto nas suas ações e assembleias. Reproduzem o preconceito das classes médias assustadas, associando-os à bandidagem etc. O mesmo tem dito sobre os "métodos inaceitáveis de milicianos" ao verem motos e carros com encapuzados obrigando o comércio a fechar. Se protegem sob o manto de que a violência deve ser condenada categoricamente e o Estado de Direito chamado a agir.

O proletariado tem na ação direta seu método próprio de luta. A violência reacionária dos patrões e do Estado, não poucas vezes, obrigou e obriga os trabalhadores a agirem incógnitos na luta de classes, especialmente nos momentos de grandes conflitos. Assim foi na ocupação da CSN em 1988, assim foi na ocupação de refinarias na greve da Petrobrás de 1995, assim o fizeram, recentemente, estudantes nas manifestações contra a copa do mundo em 2014 ao esconderem o rosto. As greves gerais e as greves radicalizadas impõe pela violência dos piquetes o fechamento não apenas do comércio como o impedimento dos fura-greves de sabotar por dentro o movimento. Apenas desprezíveis pequeno-burgueses politiquinhos podem condenar, por princípio, estes métodos sem colocar o mais importante: o de saber a serviço de quê eles são utilizados.

Pela independência de classe dos explorados diante da greve da PM

Em nome da luta contra o bolsonarismo, a direita e o conservadorismo (arraigado numa grande parte dos policiais militares, civis e bombeiros), uma parcela dos trabalhadores e juventude se deixa arrastar pela política do reformismo/stalinismo de condenação da greve da PM e aliança com setores da burguesia tidos como progressistas e antibolsonaristas. Assim, vale a aliança eleitoral com os Ferreira Gomes para derrotar as candidaturas vinculadas a Bolsonaro. Em nome

do combate à direita burguesa devem ser vedadas até mesmo críticas ao governo Camilo Santana carrasco do funcionalismo que fez a provar a reforma da previdência estadual, uma vez que podem significar o enfraquecimento da unidade e frente progressista contra a direita. A necessidade de lutar contra o Capitão Wagner, virtual candidato do bolsonarismo e setores evangélicos à prefeitura de Fortaleza, não pode justificar o apoio à política de traição e submissão ao empresariado praticada pelo reformismo petista. É preciso que os explorados e a juventude livres-se da necessidade de se colocarem por trás das frações burguesas em disputa e se coloquem pela política de independência de classe, o que significa lutar por um poder próprio dos explorados, o governo operário-camponês (ditadura do proletariado). A incapacidade, para não dizer cegueira, da vanguarda pequeno-burguesa em distinguir entre a luta democrática da PM, QUE FAZ UMA GREVE UNICAMENTE POR SALÁRIO, e as suas lideranças bolsonaristas, (assim como as ilusões da base na direita burguesa), mostra o grau de impotência e a incapacidade desta vanguarda de travar uma luta consequente e esvaziar a força das correntes fascizantes no seio das classes médias. Resta aos revolucionários lutar por uma política justa acerca da greve da PM no seio dos explorados, o que, sem dúvida, é parte da luta para que a classe operária e a juventude encontrem o caminho para o marxismo-leninismo-trotskismo!

FORA SÉRGIO MORO DO CEARÁ! FORA COM A GLO E O EXÉRCITO DAS RUAS!

Abaixo a prisão e perseguição aos policiais em greve e suas lideranças!

Camilo Santana, atenda as reivindicações salariais da corporação!

Manifesto do POR – 24 de fevereiro

A Garantia da Lei e da Ordem, assinada por Bolsonaro, começou a valer. Tropas do Exército já estão nas ruas em patrulhamento e policiamento ostensivo. O General Cunha Mattos,

da 10^a Região Militar, em coletiva à imprensa, anunciou o início da Operação Mandacaru neste domingo, 23/02. Segundo o acordo firmado com o governo, Camilo passou ao Exército o controle operacional sobre a segurança pública, embora tenha conservado o gerenciamento sobre a SSP. Foram transferidos ao controle do General Cunha Mattos, o comando sobre o Batalhão Policial do RAIO, o Batalhão de Choque e policiamentos especializados, que agirão coordenados com os 2.500 homens das Forças Armadas, vindos de estados vizinhos.

Enquanto isso, o governo Camilo Santana intensifica as medidas de repressão e terrorismo contra tropa aquartelada. Autorizou a divulgação, para a imprensa, dos nomes de 168 policiais que serão afastados preventivamente por 120 dias, por participarem da greve. Desse montante, 161, ou quase a totalidade, terão seus salários cortados já em março. O objetivo é amedrontar e estrangular economicamente os grevistas. É parte dessa ação, o bloqueio de todos os recursos das associações militares que são descontados em folha! O Comando Geral da Polícia Militar divulgou, também, um boletim extraordinário para anunciar que 77 policiais, que deixaram de se apresentar à Operação Carnaval 2020, foram colocados na lista de desertores. Entre as punições previstas, estão o afastamento temporário, o corte de salários e expulsão. A greve da PM forçou o cancelamento do carnaval em pelo menos nove municípios do interior (Paracuru, Milagres, Canindé, Paraipaba, Forquilha, Horizonte, São Luiz do Curu, General Sampaio e Santana do Cariri) e o número de mortos já passa de 120, nos 5 dias de paralisação. Os reformistas e estalinistas aproveitam-se destes números para voltarem à carga contra os grevistas e responsabilizá-los pela crescente matança em todo estado. Aqui, a calúnia e a falácia se combinam para obscurecer que a epidemia de homicídios é responsabilidade direta do capitalismo em putrefação e da política repressiva da burguesia, da qual os reformistas são sempre os melhores agentes. Hipocritamente, omitem que sua política de colaboração de classes e as medidas adotadas por seus governos de turno, aprofundaram a crise econômica, a barbárie e a desintegração social, que hoje explode com ou sem a greve!!

O que quer Sérgio Moro?

Nesta segunda (24/02), está prevista a chegada de Sérgio Moro (Justiça) e uma comitiva do alto escalão do governo federal: ministro Fernando Azevedo e Silva (Defesa) e André Mendonça (Advocacia Geral da União), que se reunirão com o comando da 10ª Região Militar e, em seguida, com o Camilo Santana.

A vinda de Sérgio Moro é esperada por uma grande parte da tropa como um reforço e uma ajuda na abertura de negociações com Governo. A julgar pelo que diz a imprensa, Moro tentará um acordo para pôr fim à greve. *“Estarei no Ceará na segunda-feira. É tempo de superar a crise e serenar os ânimos. Servir e proteger acima de tudo”* (Revista Ceará, 22/02/2020). É pouco provável que um acordo com Camilo Santana seja firmado em benefício da tropa. Por trás e acima de Camilo, agem os Ferreira Gomes que, após o ocorrido com Cid, encaram o problema do ponto da vingança política. Mas, pairando acima de todos, o capital financeiro (a quem Moro não pode deixar de servir) exige que os estados, em comum acordo com a União, revertam o problema fiscal aplicando duras medidas de cortes e arrocho salarial. Não há lugar para a menor concessão econômica à tropa, nem a situação atual enseja (como em 2011/12) a possibilidade de acordos de bastidores para suavizar punições. O mais provável é que nenhum acordo salarial ou que trate da anistia seja aceito. A corporação precisa, por isso mesmo, resistir à pressão, confiar em suas próprias forças e romper o isolamento imposto pelo governo, o empresariado e o reformismo. A ausência do proletariado organizado e com independência de classe, impede que se possa responder à crise da segurança pública com o programa revolucionário. Impede que a classe operária possa tomar para si o problema e defender o salário vital para os praças, o fim das perseguições, a redução dos salários dos oficiais, os direitos democráticos da tropa (eleições de comandantes, direito de greve e sindicalização, fim das punições) e o armamento geral da população. Os explorados e a juventude encontram-se amordaçado pela burocracia sindical e estudantil. As duas traições da CUT/CTB/PT/PC do B, nas greves

gerais de 2017 e 2019, contra as contrarreformas trabalhista e previdenciária, pesaram na desorganização dos trabalhadores que mostravam disposição para derrotar, nas ruas, os governos Temer e Bolsonaro. Os governos encontram-se de mãos livres para aprovar as medidas draconianas de ataque à vida das massas, malgrado sejam, cada vez mais comuns, as lutas regionais e setoriais.

Apenas no quadro de uma luta geral do funcionalismo será possível que se rompa o isolamento e o cerco que vai se montando em torno da greve da polícia militar e bombeiros. O governo age para esmagar os grevistas abertamente e dar uma lição, de uma vez por todas, à corporação. Os sindicatos de professores (APEOC) e servidores estaduais (MOVA-SE etc.), sob controle da burocracia petista, recusam-se a fazer uma campanha ativa não apenas porque querem proteger o governo das pressões das bases descontentes, como igualmente, para dar sua cota de contribuição ao cerco do governador sobre a PM. O POR, que não se curva às pressões da pequena-burguesia e ao profundo atraso político da vanguarda, denuncia com todo vigor, não apenas a campanha sórdida e criminoso do reformismo/estalinismo de caluniar os grevistas, como sua política nefasta de dividir e sabotar o único caminho para que se derrote o governo e arranque o reajuste pedido: a greve geral dos servidores estaduais. Esta bandeira cobrará, daqui por diante, uma vigorosa atualidade. O que implica que é preciso uma luta firme e decidida para demonstrar que, não apenas o destino da greve da polícia está ligado ao problema da greve geral do funcionalismo, como a derrota da greve da PM, sozinha e isolada, abrirá caminho para que Camilo encontre condições, as mais favoráveis, para impor o arrocho sobre todo os servidores e professores.

•Viva a Greve da PM!

•Abaixo as prisões e perseguições!

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR) aos PM's e familiares

PELO APOIO À GREVE DA PM!

***Abaixo as prisões e perseguições do governo!
Camilo Santana, atenda as reivindicações da corporação!***

Regional do POR-Ceará, 24 de fevereiro

Os policiais militares e bombeiros estão paralisados desde o dia 18/02 e fazem uma greve justa. O Projeto de Lei de reestruturação da carreira enviado por Camilo à Assembleia Legislativa beneficia claramente o topo dos oficiais como Coronéis (que passarão a ganhar R\$ 5.000 a mais), enquanto os praças terão um reajuste de cerca de R\$ 700,00 pagos em três vezes até 2023. O governo mente ao dizer que valoriza os salários da corporação quando, na verdade acaba com vantagens e gratificações como a do motorista, gratificação para quem atua no interior, gratificação por metas etc. As vantagens são dissolvidas no salário base para que este aumente, enquanto a remuneração (salário líquido) cresce muito pouco.

A legislação brasileira, criada segundo a vontade dos capitalistas e defendida pelos seus governos, veta o direito democrático de greve da PM, assim como o direito de sindicalização da tropa. As condições salariais são tão ruins, porém, que os policiais são obrigados a romper com a legalidade e defender suas condições de vida. Nesse momento, Camilo Santana (PT/PDT/PCdoB) apoiado pela oligarquia dos Ferreira Gomes, move uma campanha mentirosa na mídia contra os grevistas, acusando de serem marginais, bandidos e milicianos. O mesmo Camilo Santana divulgou na imprensa a lista de 230 policiais que seriam “afastados por motim”; e o Comando Geral da PM publicou que 77 policiais, por não se apresentarem na Operação Carnaval 2020, serão considerados “desertores”.

A resposta dos policiais, esposas e familiares tem de ser: resistir, resistir e resistir! Não temer as pressões e o terrorismo do governo. Infelizmente, os sindicatos e centrais sindicais como CUT etc. não manifestam qualquer apoio, ao contrário,

se unem ao governo para condenar o movimento e espalhar mentiras. Os trabalhadores conscientes não podem deixar de apoiar a greve justa por reajuste salarial. A luta da PM de hoje é parte da luta contra o arrocho salarial que Camilo impõe a todos os servidores estaduais. Camilo não quer ceder reajuste digno a nenhuma categoria. Só oferece migalhas, tanto a vocês da PM, como a nós professores e aos demais servidores.

Por que Camilo não quer conceder reajuste à PM e aos servidores?

Camilo Santana, como qualquer governo hoje no Brasil, governa para os ricos, para os grandes empresários, os banqueiros, o capital financeiro nacional e internacional. Todos os governos (De Temer a Bolsonaro, Camilo e outros) aprovaram e continuam a aprovar medidas econômicas que pioram as condições de vida do povo como reforma da previdência, reforma trabalhista, terceirização, cortes etc. Os policiais e suas famílias precisam entender que todos nós, trabalhadores, juventude pobre e vocês, estamos no mesmo barco! Nossos inimigos não são nem os professores, nem os que, como nós do POR, se reivindicam do socialismo, mas os governos e, por cima deles, os donos do país, os ricos empresários! Camilo Santana e os demais governos querem economizar dinheiro do orçamento estadual para dar aos poderosos grupos empresariais na forma de investimentos, renúncia fiscal etc. Eles são os verdadeiros inimigos! Aos ricos, os governos dão tudo! Aos trabalhadores, juventude pobre, policiais e familiares, nada! Esse jogo só poderá ser revertido com unidade na luta!

“Paz entre nós, guerra aos senhores! Façamos greve de soldados! Somos irmãos, trabalhadores!

•Pelo direito de Greve e de sindicalização!

•Policiais, voltai as armas contra os ricos e poderosos, não contra os trabalhadores!

•Abaixo as prisões, punições e perseguições! Camilo Santana, atenda as reivindicações da tropa!

•Lutemos por um governo próprio dos explorados trabalhadores (governo Operário-Camponês)!

FIM DA GREVE DA PM: ISOLAMENTO E FRENTE UNITÁRIA DAS FRAÇÕES BURGUESAS DERROTAM O MOVIMENTO

Manifesto do POR - 03 de março

A assembleia dos policiais militares, realizada na noite de domingo (01/03) no 18º BPM votou, por maioria, pelo fim da greve e retorno ao trabalho. Foram 13 dias de paralização, iniciados na tarde do dia 18/02. Acossada por todos os lados, atacada pela imprensa, reprimida com veemência pelo governo, isolada pela burocracia sindical reformista e minada, por dentro, pelas lideranças derrotadas nas negociações de fevereiro, a tropa dividiu-se e abriu caminho para o fim do movimento. A proposta aceita na assembleia e apresentada por parte da liderança (Cabo Monteiro, vereador Sargento Reginauro e deputado Soldado Noélio) foi o resultado de uma costura realizada no interior da *Comissão Especial*, integrada pelos três poderes, OAB, Exército, Força Nacional de Segurança, Defensoria Pública, e constituída com fins de passar uma corda no pescoço dos grevistas.

Seu teor é o de uma rendição disfarçada. O governo não alocará um centavo a mais aos R\$ 495 milhões destinados à reestruturação conforme o acordo de fevereiro, mas estará aberto a uma “rediscussão da tabela salarial”. Rediscussão puramente ilusória, uma vez que deslocar recursos de patentes mais altas para as mais baixas esbarra na vontade soberana dos oficiais que não permitirão a retirada de um níquel de suas gordas remunerações. A anistia administrativa, a segunda pauta vital do movimento, foi integralmente rejeitada pelo governo, que cedeu apenas na proclamação de que haverá “o devido processo, o contraditório e a garantia de defesa”, na aplicação do código de processo penal militar, na abertura de inquéritos policiais militares (IPM) e nos processos administrativos disciplinares (PAD). O que é a obrigação legal do Estado - a isenção nos processos movidos pela Corregedoria - foi apresentada como uma concessão piedosa! Não pode haver prova maior, e explícito reconhecimento, dos abusos e perseguições sobre as tropas com a cobertura do governo! Dentro

deste espírito de enfeitar o machado com flores antes de partir a cabeça dos amotinados, o misericordioso governo petista se compromete a não enviar nenhum grevista para o interior no estado (forma comum de perseguição), antes de 60 dias contados a partir do encerramento da greve! E toda essa carnificina administrativa será devidamente acompanhada por respeitados representantes da OAB, Defensoria e MPF.

O governo venceu; impôs a desocupação dos batalhões, manteve afastados 230 policiais por motim e insubordinação, suspendeu seus salários por 90 dias e encarcerou 47 PM's acusados de deserção e outros delitos. Nada indica que a revisão dos processos disciplinares abertos, possa servir de tábua de salvação.

O procurador-geral do Estado, Juvêncio Vasconcelos, que representou o governador Camilo Santana nas audiências da comissão especial, liderou o coro de rejeições à presença do Cabo Sabino (dirigente da greve com ordem de prisão em aberto por motim) na mesa de negociações. O afastamento de Sabino das negociações, assim como da associação das esposas de policiais (ASSEPEC), serviu para enfraquecer a titubeante ala grevista e abrir caminho aos líderes antigrevistas. Os 18 pontos de pauta, apresentados no dia 26, caíram para apenas 3, no dia seguinte. O governo continuava firma na pretensão de cercar os grevistas. No dia 01/03, já não havia proposta alguma, apenas luta para amenizar as punições. O Coronel Aginaldo de Oliveira, bolsonarista e chefe da Força Nacional de Segurança, ficou livre para fazer demagogia com a tropa, no 18º BPM, chamando os policiais de "corajosos" e pedindo o fim da greve que ele mesmo combatiera nas ruas ao dirigir a Força Nacional. Ao lado dele, Sabino, que soube captar o instinto de revolta da tropa para iniciar a greve mas teve, em contrapartida, pouca habilidade em fortalecê-la e dirigi-la, foi tragado pela derrota do movimento e reconheceu que o recuo sem anistia era fatal: "vocês acabaram de assinar minha demissão", desabafou ao final da assembleia.

Toda a rica experiência da greve, mostrou como a luta de classes se projeta até mesmo no seio das forças repressivas do Estado. Uma corrente revolucionária sabe do papel estratégico do proletariado na era do capitalismo em decomposição. O

programa da revolução proletária nos impõe ganhar uma fração das massas oprimidas, mas implica, também que se deva trabalhar no seio das tropas com as bandeiras democráticas. Somente o proletariado poderá assegurar a correta direção política à greve das baixas patentes da PM e levá-la à vitória!

A consolidação da frente burguesa para esmagar os grevistas

A autorização de Sérgio Moro para o uso da Força Nacional de Segurança no Ceará e a assinatura do decreto da GLO, por Bolsonaro, liberando 2.500 homens do Exército, não podiam deixar lugar a dúvidas quanto à ampla unidade burguesa que se formava para esmagar os grevistas. Diante da ruptura da ordem estatal, com a rebelião da PM, por salário, a burguesia precisa recuperar a centralização férrea sobre o aparato do Estado. Diante da ameaça grevista em outros estados, as frações burguesas se uniram em bloco para combater a greve e arrastaram consigo seus serviços reformistas e stalinistas. Camilo Santana do PT e a burocracia sindical cutista se viram numa aliança informal com Bolsonaro, STF, Congresso, Assembleia Legislativa, imprensa, Forças Armadas e os partidos burgueses em geral, contra policiais e suas famílias. O gesto de Moro e Bolsonaro de evitar, a princípio, declarações contra os grevistas não vale nada como argumento em favor de que os bolsonaristas estavam por trás da greve para desestabilizar o governo petista, ou de que tratava-se de um movimento de bandidos milicianos. Os papagaios petistas e pecedobistas não se dão ao trabalho de verificar que atos concretos valem mais que mil palavras. E no campo dos atos concretos, a vinda da Força Nacional e do Exército implicou precisamente no enfraquecimento dos grevistas, seu isolamento e menor capacidade de pressão sobre o governo. Eis porque Camilo pode sustentar durante tanto tempo a recusa de negociar com a polícia e endurecer medidas contra ela. Por detrás das ações de Camilo, esteve o amparo do Governo Federal, ainda que titubeante e à contragosto. Moro que, a princípio, silenciou sobre o caso, declarou, por fim, que a greve era ilegal e que teria de acabar. O mesmo fez o Vice Mourão (PRTB) e o senador Major Olímpio (PSL). Bolsonaro, ameaçado não apenas por governadores

do Nordeste, mas especialmente do Sudeste, de romperem a centralização federativa com o envio de tropas ao Ceará, prorrogou a GLO em mais uma semana. As ações, mais do que as simples declarações são o que contam, no final das contas.

Para vencer, a greve da PM necessitava do apoio ativo da classe operária ou de se entroncar com a greve geral do funcionalismo, que pudesse cercar o governador e forçá-lo a negociar as reivindicações. Estas condições estiveram ausentes em razão do controle da burocracia cutista-petista sobre os aparatos sindicais. Pode-se dizer, sem medo, que a crise de direção revolucionária determinou a derrota do movimento salarial da PM.

A hipocrisia burguesia sobre a violência

Os mais de 220 assassinatos, ocorridos durante a greve da PM no Ceará, foram e continuam a ser usados pelos porta-vozes da grande burguesia, imprensa monopolista e das correntes pequeno-burguesas para condenar os policiais grevistas e sua insensatez extremada. A mortandade assustadora do período foi logo colocada na conta dos grevistas. Ocorre que a grande burguesia jamais esteve preocupada com quaisquer destas mortes, que em sua maioria são de jovens negros, desempregados, moradores de favelas etc. Interessa-lhes exclusiva e hipocritamente usá-la como arma política contra o movimento da tropa. A burguesia e seus governos não podem reconhecer a decomposição de seu sistema e a barbárie que impera por todos os lados. Com ou sem polícia nas ruas, o número de assassinatos, roubos e agressões está fora de controle. Apenas os mais miseráveis reformistas e os lacaios de primeira ordem, podem pretender obscurecer a barbárie social que mata todos os dias, com a ausência dos policiais grevistas nas ruas.

Com ajuda do PSOL, governo Camilo Santana impõe PEC do fim da anistia para perseguir policiais

Enquanto Camilo combatia a greve da PM, solicitando a presença de tropas federais, do Exército e prendendo grevistas, o governo atuava, paralelamente no ataque às associa-

ções policiais, com uma CPI, e na aprovação da PEC da proibição da anistia. O presidente da Assembleia Legislativa, José Sarto (PDT), figura da claqué dos Ferreira Gomes declarou no início da tramitação da PEC que “*não haverá anistia para esse tipo que não é PM, é bandido*”. Uma ampla frente partidária dirigida pelo PDT e PT, passando por MDB, PL, SD, PC do B, PSD, PSB e Republicanos, assegurou sua aprovação por 34 votos a favor contra 2 e 4 abstenções. A surpresa ficou por conta do PSOL, dep. Renato Roseno, que votou com o governo Camilo e em favor da repressão sobre os grevistas. Roseno, que milita em favor dos direitos humanos, com seu voto ajudou a pôr uma lapide sobre o direito democrático de greve aos policiais. Era demais exigir do PSOL a defesa do programa militar do proletariado, uma vez que rechaça o marxismo-leninismo-trotskismo, mas o voto contrário a um direito democrático elementar, sua negação à polícia da conveniência de lutar por salários com greves, se assim o desejarem, mostra, que seu futuro está na ala esquerda da frente burguesa antidemocrática.

Anexo:

A greve vista por um praça

“Na manhã do dia 18/02, eu estava no meu serviço interno com o pensamento no que estava acontecendo na ALCE [Assembleia Legislativa do Ceará]. Seria colocada em pauta para votação a lei do “reajuste salarial” dos PMs/BMs. Essa tal estruturação [da carreira] não tem nada na prática de ganhos reais para nós, praças, que somos maioria na corporação e a ponta da lança do serviço.

O que me mantinha informado era um grupo na rede social *telegram*. Em torno de 3 mil PMs e BMs faziam parte do grupo. Cabo Sabino, ex-deputado federal, e a Nina Carvalho, presidente da associação das esposas, estavam com um carro de som em frente à ALCE, lendo a tal lei. A cada frase terminada, ficava mais nítida a forma cruel como o governo tratava os praças, com a total anuência dos representantes políticos e associativos e com aval do considerado líder da categoria, Capitão Wagner.

A revolta e a insatisfação eram gerais no meio dos praças. Nesse momento, no grupo, o coro que já acompanhava alguns dias começou a criar força, a tropa queria tomar uma decisão mais enérgica diante de todo cenário criado em nosso desfavor. Já não aguentava mais tantas reuniões com resul-

tado negativo. Foi quando no final da tarde às 17h, os poucos que estavam na ALCE, liderados pelo Cb Sabino juntamente com as esposas, foram para o 18º batalhão (palco da greve 2011/12) e local já estudado e com boa logística favorável a nosso movimento.

Assim que meu serviço acabou, às 17h eu saí correndo para o corpo da guarda, que é onde ficam os rádios HT"s que transmite o sistema Ciops. Perguntei ao PM de serviço se ele havia escutado na frequência algo relacionado à greve (algum tipo de chamamento dos que estavam de serviço nas viaturas pra que todos fossem para o batalhão da greve). Tive um NÃO como resposta. Me virei e vi dois PMs sentados (um soldado e outro Cabo) e falei:

- "Ê greve porra!", vamos todos para o 18º, bora! bora!

Eles olharam assustados pra mim, não acreditando naquilo. Saí rápido pra trocar de roupa e corri para o quartel.

No caminho, me juntei a outro amigo meu, PM, e fomos para o batalhão. Chegando lá, avistamos uma parte dos PMs do batalhão de *Choque* cercando todas as ruas que dão acesso ao quartel. De pronto colocamos nossa balaclava (temos que usar devido à legislação não permitir que nós possamos reivindicar melhorias para o trabalho) e fomos ao encontro dos irmãos praças e de suas esposas que ali estavam. Ao ver algumas esposas sentadas no chão, na frente do quartel, já fechado com uma corrente, fomos a um comércio comprar água pra aquelas mulheres guerreiras.

O número de adeptos só crescia a cada instante, junto com a tensão também de uma possível intervenção dos PMs do *Choque*, além dos PMs que trabalham no serviço reservado na Polícia Militar e que servem para dedurar os companheiros que participam desse tipo de manifestação. Vale lembrar que três PMs já tinham sido presos por esses PMs do *Choque*, comandados por dois coronéis.

Com a grande adesão, na primeira noite da greve, os PMs do *Choque* que ali estavam para intimidar os companheiros de farda, que estavam lutando contra esse sistema covarde e cruel, foram embora no início da madrugada de 19/02. Quando o sol raiou, já dava pra ver dezenas de viaturas estacionadas em frente e nas ruas perto do quartel. As sensações

de tensão e orgulho, dos que ali estavam, se alternavam a cada momento. Era muito louco aquilo tudo.

Vale lembrar que outras cidades do estado, como Juazeiro do Norte, Itapipoca, Sobral e outras cidades iam aderindo ao movimento paredista. Quando estava perto de completar 24 horas do primeiro dia de greve, começamos a receber informações, vindas da cidade de Sobral, de que o ex-governador e atual senador (no momento licenciado), Cid Gomes, estava com uma retroescavadeira na intenção de invadir o quartel da cidade, que estava ocupado por PMs/BMs e seus familiares. Numa atitude ditatorial e de coronelismo, ele chegou com um megafone dizendo “vocês tem cinco minutos pra saírem daí”.

Antes dele chegar, fez um vídeo chamando seus eleitores para se juntarem a ele nessa insana ação.

Ao tentar entrar no quartel e, conseqüentemente, pôr [a retroescavadeira] pra cima das pessoas que ali estavam, houve a reação de defesa dos que estavam recebendo aquela tresloucada e injusta agressão. Foi quando saíram dois disparos de arma se fogo em direção ao ditador Cid Gomes. Tudo na intenção dele parar a tentativa de homicídio que ele estava a causar.

Quando chegou a notícia, num grupo de que faço parte, de que ele tinha levado um tiro, na hora não acreditei. Mas, depois de ver o vídeo, tive uma rápida satisfação, que logo passou a ser uma preocupação tremenda. Na minha mente pensei assim:

- “Perdemos a greve”.

Mas não falava isso para os companheiros. Mas ali foi um ato que pairou na minha consciência durante e até agora. Fiquei tentando imaginar uma maneira de como iríamos conseguir a anistia depois desse sinistro. Não tinha o mesmo otimismo e ilusão de alguns de que o governo federal iria intervir de alguma maneira positiva pra nós. Apesar dos discursos fáceis, que aparentemente causam uma comoção como se fosse em defesa dos policiais, o governo federal nada tem feito de efetivo para ajudar numa melhoria do sistema de segurança pública. Falam bravatas de senso comum.

Logo quando a noite apareceu pensei:

- “Porra, só com 24 horas de greve foi como se tivesse passado mais de uma semana!”...

Várias coisas acontecendo, inclusive o crime cometido contra nós pelo Cid Gomes. Não se sabia o estado de saúde desse louco. Mas a tensão nossa era cada vez maior. Depois começou a surgir [rumores] de que PMs do *Choque* estavam se reunindo com ordem do Comandante Geral da PM, Coronel Alexandre Ávila, no quartel do Comando Geral. O intuito era invadir o quartel [18º BPM] e acabar a greve. Logo apareceu o Ciopaer (helicóptero da PM) sobrevoando o local, muitos levaram a crer que estariam eles estudando o local para uma possível invasão do *Choque*.

Vi ali o medo bater, não só em mim, mas em todos que ali estavam. Mas, diante disso, ninguém saiu; o número de grevistas só fazia aumentar. E ao longo das noites, todo dia, esse helicóptero sobrevoava o local. Percebemos que um dos que estavam dentro do helicóptero tinha em suas mãos uma câmera fotográfica de longo alcance. A intenção era identificar ao máximo os grevistas. Essa tal ordem de invasão do choque não se concretizou; não sei se por eles perceberem que teria confronto cruel ou se foi apenas boato mesmo.

Durante o dia o movimento [no 18º BPM] caía um pouco. Começava a lotar mais durante o final da tarde e início da noite. Na hora de dormir, vários improvisaram [dormida] dentro das viaturas, numa sala onde tinha uns tatames no chão, outros trouxeram colchões, alguns cabanas....

Os mantimentos começaram a aparecer depois dos próprios manifestantes ajudarem nas cotas para comprar comidas, bebidas, aluguel de pula-pula para as crianças. Depois, começaram a chegar ajuda de algumas igrejas evangélicas, depósito na conta da associação das esposas, doação de comerciantes amigos, dos atiradores de um clube de tiro... Ali era um momento de acolhimento. Todos que se engajaram estavam com o mesmo ideal, criando um laço maior de companheirismo. Cada um tentava se sentir útil; varrendo, juntando o lixo, ajudando no estoque de alimentos...

Dias depois do ocorrido em Sobral, tivemos a visita do deputado federal Capitão Wagner, tido por muitos como líder da categoria PM, mesmo ele vindo, durante alguns anos, tentando se desligar dessa imagem. Com ele, vieram outros dois oficiais, também deputados federais: uma Major da PMRJ e um

Capitão da PMAM. Em nenhum momento ouvimos uma fala de apoio à nossa greve, e sim um discurso político frio, que buscava a todo instante esfriar os ânimos dos grevistas. Ele [capitão Wagner] chegou a falar que não era a favor da greve.

Depois tivemos a horrível visita dos senadores Major Olímpio (SP), Elmano Ferrer (PI) e Eduardo Girão (CE). Eles chegaram com pose de nossos amigos. Se trancaram na sala com o Cb Sabino e outros representantes. Saíram dando sorrisos e dizendo estarem do nosso lado. Esse oficial “Zê galinha” do Olímpio já tem o histórico de não apoiar as reivindicações dos praças. Ele é o retrato daqueles oficiais que gostam da forma arcaica e covarde existente nas PMs do país. Ele foi tão mau-caráter que falou na imprensa que não apoiava o movimento e que não tínhamos direito a receber anistia.

O governo começou a agir na sua melhor maneira maquiavélica. Com abertura de procedimentos disciplinares a bel-prazer, descontando salários, prendendo PMs que não se apresentaram para trabalhar no carnaval, devido estarem doentes. Houve o caso de prisão de um PM, que estava operado antes da greve ter sido deflagrada e outro, que estava com licença por causa do falecimento do sogro. Quase 50 PMs foram presos e levados para um presídio comum na região metropolitana, na cidade de Itaitinga. Colocaram como deserção especial. As condições foram as mais desumanas na qual os policiais ficaram presos. Sem colchão, sem água, comidas mofadas, sem direito à visita e de quebra os familiares sofrendo retaliações dos PMs do BOPE.

Quanto mais os dias se passavam, mais aumentava a incerteza de como seria o desfecho da greve. Cada dia diminuía o número de grevistas, devido a vários motivos: perseguição arbitrária do governo, o não engajamento dos representantes políticos como Capitão Wagner, Soldado Noelio e Sgt Reginauro etc. Esses dois últimos estavam na manifestação só de corpo presente, suas falas sempre foram tendenciosas incentivando o fim da paralisação. Acredito que os que ali estavam já não pensava em outra coisa a não ser em como conseguir anistia.

A preocupação e tensão estavam à flor da pele. Nos dias finais, as opiniões estavam divididas em continuar a greve ou acabar. Sendo que o número de pessoas que votavam a favor

do fim [do movimento] crescia aos poucos. O capitão Wagner foi ao quartel na noite do último sábado [29/02], antes do término da paralisação. Sem holofotes e na surdina, se reuniu numa sala com os líderes do movimento. Quando saiu, falou para alguns que no outro dia (domingo) iria ter uma reunião com a comissão mediadora e se nessa reunião não tivesse o resultado positivo pra nós, ele iria se juntar a todos e partir pra cima com os grevistas. Coisa que não se concretizou, pois a greve acabou; e ele nem deu as caras. Vale lembrar que ele só foi no quartel porque repassaram seu número de WhatsApp pessoal, aí várias pessoas pressionaram sua ida, dizendo que estavam se sentindo abandonadas por ele.

Chegou o domingo, dia 01/03. Exatos 13 dias de paralisação. A ideia de uma possível anistia sem efeito era cada vez mais lançada na cabeça dos manifestantes. No começo da noite, a comissão formada pelos que se diziam nossos representantes: deputado estadual Soldado Noélio, vereador Sgt BM Reginauro e o Cb PM Monteiro, que aderiu ao movimento e fazia parte do policiamento Cotar, chegaram no quartel [18º BPM] junto com representantes da comissão mediadora, membros da OAB, Exército, Força Nacional, Defensoria Pública. As falas foram em tom melancólico, tendenciosas e apelativa para que os grevistas decidissem encerrar a greve. Na hora da votação, a tropa ficou dividida: num lado os que aceitavam os termos da comissão mediadora e no outro os que queriam a continuação da paralisação. Muitas discussões entre a tropa. Pessoas chorando, outras gritando, outros indo embora. De uma maneira melancólica essa batalha, que foi a greve de 2020, acabava. Mas na mente dos praças eles sabem que a guerra não acabou, ela nunca acaba, nunca termina.

Faço algumas reflexões sobre essa greve. Que nossa classe de praças precisa mudar a consciência política sobre que tipo de representantes queremos. Sobre qual nosso papel e importância como policial militar. O que somos e o que queremos fazer para mudar nossa situação. Um trabalho de conscientização precisa e deve ser feito com todos os praças. Não podemos continuar a ser um corpo sem cabeça.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org
